



# SUMÁRIO

<b>CAPÍTULO I</b> .....	17
1. O Drama da Prisão Cautelar .....	17
2. Finalidades e Legitimação da Prisão Cautelar no Curso da História .....	20
3. A Lógica do Sofrimento .....	23
4. A Necessária Ponderação sobre os Malefícios da Prisão .....	26
<b>CAPÍTULO II</b> .....	31
1. A Seletividade do Sistema Punitivo e, em Especial, da Prisão Cautelar .....	31
<b>CAPÍTULO III</b> .....	41
1. Breve Escorço Histórico da Prisão Cautelar no Brasil .....	41
2. O Sistema Cautelar Anterior ao Código de 1941 .....	43
3. O Processo Penal da Era Vargas .....	45
4. A Progressiva Flexibilização do Código de 1941 .....	46
5. O Tratamento Jurídico Atual .....	48
6. As Revogadas Prisões Decorrentes da Decisão de Pronúncia e da Sentença Condenatória Recorrível .....	54

<b>CAPÍTULO IV</b> .....	65
1. Dos Princípios que Interferem no Tema.....	65
1.1. <i>Favor Rei</i> .....	65
1.2. Dignidade da Pessoa Humana.....	67
1.3. Presunção de Não Culpabilidade .....	74
1.4. Proteção Penal Eficiente.....	90
1.5. Excepcionalidade.....	99
1.6. Legalidade e Jurisdicionalidade .....	104
1.7. Provisoriidade .....	108
1.8. Motivação.....	111
1.9. Proporcionalidade.....	122
1.9.1. Adequação ou Idoneidade.....	125
1.9.2. Necessidade ou Subsidiariedade .....	127
1.9.3. Proporcionalidade em Sentido Estrito .....	129
1.10. Duração Razoável da Prisão .....	137
1.11. Iniciativa de Parte.....	151
1.12. Bilateralidade de Audiência (Contraditório).....	167
 <b>CAPÍTULO V</b> .....	 173
1. As Medidas Alternativas como Aplicação da Subsidiariedade Processual Penal.....	173
2. A Abandonada Bipolaridade Cautelar do Sistema Brasileiro .....	176
3. O Novo Sistema Cautelar.....	177
4. A Mudança de Paradigma do Novo Sistema .....	185
 <b>CAPÍTULO VI</b> .....	 195
1. Das Novas Medidas Cautelares.....	195
1.1. Comparecimento periódico em juízo, no prazo e nas condições fixadas pelo juiz, para informar e justificar atividades.....	197
1.2. Proibição de acesso ou frequência a determinados lugares quando, por circunstâncias relacionadas ao fato, deva o	

---

indiciado ou acusado permanecer distante desses locais para evitar o risco de novas infrações .....	198
1.3. Proibição de manter contato com pessoa determinada quando, por circunstâncias relacionadas ao fato, deva o indiciado ou acusado dela permanecer distante .....	199
1.4. Proibição de ausentar-se da Comarca quando a permanência seja conveniente ou necessária para a investigação ou instrução .....	205
1.5. Recolhimento domiciliar no período noturno e nos dias de folga quando o investigado ou acusado tenha residência e trabalho fixos .....	207
1.6. Suspensão do exercício de função pública ou de atividade de natureza econômica ou financeira quando houver justo receio de sua utilização para a prática de infrações penais.....	210
1.7. Internação provisória do acusado nas hipóteses de crimes praticados com violência ou grave ameaça, quando os peritos concluírem ser inimputável ou semi-imputável (artigo 26 do Código Penal) e houver risco de reiteração.....	212
1.8. Fiança, nas infrações que a admitem, para assegurar o comparecimento aos atos do processo, evitar a obstrução do seu andamento ou em caso de resistência injustificada à ordem judicial.....	214
1.8.1. Críticas à Nova Configuração da Fiança.....	216
1.9. Monitoração eletrônica .....	220
2. Finalidades das Cautelares Alternativas.....	223
3. Prazo de Duração das Cautelares.....	227
<b>CAPÍTULO VII</b> .....	233
1. Outras Medidas Cautelares Alternativas à Prisão .....	233
2. Uso de Medidas Alternativas não Previstas na Legislação (Poder Geral de Cautela).....	235
<b>CAPÍTULO VIII</b> .....	243
1. Da Prisão Preventiva e da Prisão Temporária.....	243
2. Requisitos comuns às prisões cautelares .....	243

3.	Da Prisão Temporária .....	247
3.1.	Cabimento .....	247
3.1.1.	ADI 3360.....	249
3.2.	Prazo.....	251
3.3.	Outras Questões da Lei da Prisão Temporária .....	253
4.	Da Prisão Preventiva.....	256
4.1.	Cabimento .....	256
4.2.	Motivos, requisitos, fundamentos ou circunstâncias autorizadoras.....	261
4.2.1.	A validade da Prisão Preventiva para Garantia da Ordem Pública.....	264
<b>CAPÍTULO IX .....</b>		<b>281</b>
1.	Oscilações do STF quanto à execução da pena antes do trânsito em julgado da condenação .....	281
1.1.	O Entendimento Original do STF .....	281
1.2.	Novo <i>Overruling</i> .....	286
2.	Breve resumo dos votos .....	288
3.	Análise do HC 126.292/SP.....	295
4.	A incerteza sobre o tema.....	298
5.	A Reviravolta do STF.....	301
<b>CAPÍTULO X.....</b>		<b>305</b>
1.	Audiências de Custódia .....	305
2.	A Resolução nº 213 de 15/12/2015, Conselho Nacional de Justiça .....	308
3.	Prazo de Apresentação do Preso.....	309
4.	Finalidades da Audiência de Custódia.....	314
4.1.	Controle de legalidade da prisão .....	314
4.2.	Exame da necessidade de medida cautelar .....	319
5.	Rito da Audiência .....	321

---

<b>CAPÍTULO XI</b> .....	329
1. A Reforma .....	329
2. A valorização principiológica .....	334
2.1. Princípio acusatório .....	335
2.1.1. Divisão funcional de competências (juiz de garantias e juiz de instrução e julgamento).....	337
2.1.2. Vedação a iniciativas acusatórias (princípio da inércia da jurisdição).....	339
2.1.3. Reforço na possibilidade de contraditório .....	341
3. Ênfase na motivação das decisões cautelares.....	343
3.1. Vícios de fundamentação .....	344
3.1.1. Decisão que se limita à indicação, à reprodução ou à paráfrase de ato normativo, sem explicar sua relação com a causa ou a questão decidida .....	345
3.1.2. Decisão que emprega conceitos jurídicos indeterminados, sem explicar o motivo concreto de sua incidência no caso .....	346
3.1.3. Decisão que invoca motivos que se prestariam a justificar qualquer outra decisão.....	346
3.1.4. Decisão que não enfrenta todos os argumentos deduzidos no processo capazes de, em tese, infirmar a conclusão adotada pelo julgador .....	347
3.1.5. Decisão que se limita a invocar precedente ou enunciado de súmula, sem identificar seus fundamentos determinantes nem demonstrar que o caso sob julgamento se ajusta àqueles fundamentos .....	349
3.1.6. Decisão que deixa de seguir enunciado de súmula, jurisprudência ou precedente invocado pela parte, sem demonstrar a existência de distinção no caso em julgamento ou a superação do entendimento... ..	351
3.2. Perigo da liberdade e contemporaneidade.....	353
4. Periódica reavaliação da medida cautelar.....	357
5. A falta de identidade da nova lei.....	361
5.1. Liberdade vedada.....	361

---

5.2. Execução imediata da pena no Tribunal do Júri .....	363
6. Outras alterações nas medidas cautelares pessoais .....	366
6.1. Audiências de custódia.....	366
6.2. Controle da duração do inquérito policial.....	368
6.3. Respeito à imagem e à dignidade do preso.....	369
<b>APÊNDICE - Efeitos da pandemia da Covid-19 na prisão preventiva e nas demais medidas cautelares pessoais .....</b>	<b>371</b>
<b>POSFÁCIO .....</b>	<b>377</b>
I. O sistema punitivo no Brasil.....	378
II. Do autoritarismo à construção de um processo penal garantista e eficiente.....	380
III. O autor, o livro e suas circunstâncias.....	382
IV. Conclusão.....	384
<b>Referências Bibliográficas .....</b>	<b>385</b>